SÉRGIO CABRAL

Jornalista

Venceu a democracia

Dez eleições presidenciais no Brasil, desde a redemocratização e a primeira eleição, em 1989.

Dessas dez eleições, Luís Inácio da Silva participou de sete eleições. Acaba de conquistar a sua quarta vitória. Um fato inédito na história da política republicana brasileira.

Desde 2018, o Brasil passou a ter um líder de massas da extrema direita, Jair Bolsonaro.

Lula, o maior líder popular do Brasil de todos os tempos, vence Jair e, agora, seu filho Flávio.

Lula, para além de um líder carismático e detentor de uma história pessoal épica, nos seus três mandatos de presidente do Brasil transformou a vida de milhões de brasileiros humildes, pobres e miseráveis para melhor.

Lula, aos 80 anos, terá a chance de nesses quatro anos do quarto mandato, avançar com as pautas mais sensíveis ao povo brasileiro, investir em segurança pública em parceria com os estados, e fortalecer uma política fiscal que não seja draconiana, como sempre querem aqueles que ignoram a realidade do povo brasileiro, mas de redução permanente e racional nos gastos não essenciais para o Brasil avançar ainda mais.

Boa sorte e parabéns, amigo e companheiro Lula!

KÁTIA MAGALHÃES

Advogada, com MBA em Direito da Concorrência e do Consumidor pela FGV-RJ

Autoritarismo de toga: o vilão a ser derrotado nas urnas

Segurança, empregabilidade, elevação no poder aquisitivo, melhorias na saúde e na educação e demais temas relacionados ao cotidiano do cidadão comum são as vedetes dos debates eleitorais em democracias. Contudo, no regime de exceção dos nossos últimos anos, a questão judiciária deveria destacar-se como fator primordial, por ser preliminar à discussão de todas as demais.

O exame da trajetória recente dos postulantes ao Planalto já nos leva a enxergá-los não apenas como dois políticos de carreira, mas como peças de um tabuleiro jogado por togados. De um lado, o atual assentado no cargo, que só foi devolvido ao poder graças ao malabarismo jurídico de togados dispostos a transformarem um pretenso "erro de CEP" em escusa para a anulação de condenações pelos crimes graves de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Do outro, o jovem senador, que só veio a estrear nas disputas presidenciais em virtude da decretação arbitrária de inelegibilidade de seu pai, excluído da vida pública por togados parciais e avessos ao exercício da liberdade de expressão de um presidente em reunião com embaixadores. Portanto, a própria escolha dos participantes da corrida, longe de ter sido fruto de deliberações partidárias espontâneas, decorreu de imposições de autocratas travestidos de juízes.

A análise dos estereótipos criados pela grande mídia em torno de ambos os concorrentes nos conduz à mesma conclusão acerca do protagonismo dos togados até mesmo sobre um imaginário popular que, em tempos de normalidade institucional, é influenciado apenas pelo marketing político. Como observado desde as eleições de 22, a opção pela esquerda vem sendo vendida, no debate público, como uma suposta boia de salvação contra um tsunami golpista encabeçado por uma direita adjetivada como "extremista" pela maioria esmagadora das manchetes de jornais e pelas estrelas da academia e da cultura. À luz da mesma narrativa, entre o polo dito democrático e aquele temido como sendo disruptivo, estaria o Supremo Tribunal Federal, autointitulado defensor da democracia – embora essa imaginária função não lhe seja atribuída pela Constituição! – e que, nessa qualidade, seria premido à escolha apriorística por um dos lados, retirando a venda dos olhos da deusa da justiça para empreender o combate ao pretenso golpismo.

Na toada de demolição de um estado de direito que teria o dever constitucional e moral de guardar, o judiciário de cúpula vem tomando medidas de favorecimento indisfarçável a um dos espectros do debate público. Seja via decretação de prisões políticas em baciada, de banimento de perfis de oposicionistas, seja até mesmo via julgamentos como o do Marco Civil da Internet, em que o STF reescreveu dispositivos legais para disseminar intimidação no ambiente digital, nossos figurões já ostentam despudoradamente posições político-partidárias. Como se não tivessem bastado os votos prosélitos em todos os assuntos envolvendo o 08.01 e, mais especificamente, nos julgamentos da dita "trama golpista", togados ainda participaram de eventos de governo do atual mandatário e candidato e, em pleno ano eleitoral, dois deles tiveram a empáfia de dividir com o mesmo político um jantar fora das agendas e destinado à abordagem de assuntos jamais divulgados. Não à toa, o próprio ocupante da presidência da República confessou só ter podido governar graças à suprema corte, em mais um sincericídio sobre seu papel de mero coadjuvante de togados.

Por fim, mas não menos importante, há que se ter em mente que o próximo planaltino será responsável por nomeações a quatro cadeiras no STF e ao titular da PGR, podendo ainda manter ou trocar a diretoria-geral da PF. Assim sendo, a depender dos critérios a serem adotados pelo novo presidente, nossa maior corte de justiça e nosso principal órgão de fiscalização das leis e de acusação criminal poderão vir a abrigar perfis técnicos e dispostos ao cumprimento de suas funções constitucionais. Outrossim, uma eventual mudança dos quadros à frente da polícia poderá representar a retomada da regularidade no curso de investigações sobre esquemas de corrupção potencialmente enquistados no seio do próprio estado, com perspectivas concretas de punição aos envolvidos.

Tamanho foi o fosso institucional ao qual chegamos que, antes dos debates prementes sobre como crescer, enxugar a máquina pública ou combater a criminalidade grossa, temos de identificar os meios pelos quais conseguiremos virar a triste página histórica do autoritarismo togado, de modo a podermos contar novamente com uma efetiva tripartição de poderes e com a certeza do gozo pleno das nossas garantias individuais. Para tanto, urge o pronto afastamento da figura que mais tem representado e auferido benefícios dos autocratas nos últimos anos. A prevalecer o mínimo de sensatez, não votaremos em um político, mas contra um sistema judiciário que vem aniquilando a própria política. Que assim seja.

MÁRCIO COIMBRA

CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia

Risco Lula

A poucos dias do segundo turno, o governo Lula transformou o Orçamento e a legislação em instrumentos de campanha. Não se trata de ajustes debatidos com antecedência, mas de benefícios, renúncias e mudanças aceleradas depois do susto diante da avalanche conservadora vista nas urnas. O recado do momento é claro: a reeleição vale o risco de quebrar com o país.

O pacote inclui reajuste no Bolsa Família, perdão de dívidas, Pix de até R$ 5 mil sem devolução, elevação do teto para empreendedores, recursos para universitários e "alívios" nos combustíveis. O cardápio é vasto e o custo entrará no orçamento de 2027, comprometendo o superávit projetado. A maioria das medidas não estava no texto original e depende do Congresso. O discurso oficial fala em manter o arcabouço e chegar a superávit até 2030. Na prática, porém, o que se vê é expansão permanente sem fonte clara de compensação — um verdadeiro manicômio fiscal.

O caráter eleitoreiro está na cronologia. As medidas de maior apelo saíram depois do primeiro turno, quando Lula percebeu o risco real de ser apeado do poder pelo voto. O governo alega que parte das dívidas é irrecuperável ou vem de fundos específicos. Ainda assim, o timing coincide com a necessidade de recuperar terreno. Afinal, todos sabem a verdade: não estamos diante de uma política de Estado, mas de uma disputa de voto.

A isso se soma a aprovação acelerada do fim da escala 6x1. O Senado aprovou por 75 a 1 a redução gradual da jornada de 44 para 40 horas, com dois dias de descanso e sem corte salarial. A proposta tem apelo popular e virou vitrine de campanha. Para o país, contudo, é absurda e vai na contramão do necessário. Reduzir a jornada de forma compulsória, mantendo salários integrais e sem ganhos de eficiência, eleva o custo da hora trabalhada e não dialoga com a realidade da nova economia. Impor essa mudança é jogar fora o futuro do país, pois o resultado será menos vagas formais e menor crescimento.

Para o brasileiro médio, a conta não aparece no anúncio. A dívida já está elevada e os juros altos. Cada benefício permanente ou renúncia aumenta a pressão: juros mais altos por mais tempo, crédito mais caro, inflação mais resistente e real mais fraco. O benefício que entra agora é imediato para quem recebe. O serviço da dívida, o ajuste futuro e os custos de produção mais altos são o imposto diferido que todos pagam — em preços, financiamentos e crescimento menor. O resultado será mais uma geração perdida.

Além disso, o risco de eleger Lula depois do tsunami conservador que chegou ao Congresso é o de instalar um "pato manco" no Planalto em plena crise fiscal: um presidente que, desde o primeiro dia, terá de lutar pela legitimidade de sua própria cadeira, sem maioria, diante de um Parlamento dominado pela oposição. O mandato seria uma sucessão de impasses, vetos e derrotas legislativas. Em vez de governar, Lula passaria quatro anos negociando sua sobrevivência política.

Lula escolheu um caminho perigoso ao abraçar o populismo fiscal para tentar mais um mandato. O benefício eleitoral é imediato, mas a conta será amarga. Sem força política, sua reeleição representaria o mergulho em uma incerteza que pode, mais uma vez, tragar o futuro de nossa nação.